

IX ENCONTRO da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA
4 a 7 de agosto de 2014, Brasília

Área Temática: Instituições Políticas

Trabalho: PARTIDOS E DEPUTADOS NAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS

Autor: Carlos Ranulfo Felix de Melo
Instituição: UFMG

Resumo

O artigo parte do suposto de que existe expressiva variação na relação entre legisladores e partidos no Brasil e procura explicá-la a partir de estudo realizado em doze estados brasileiros. A variação é mensurada com o auxílio de um índice de partidarismo, construído com base em um conjunto de perguntas feitas aos representantes eleitos para as Assembleias Legislativas nas legislaturas 2007/2011 e 2011/2015. A variação encontrada é explicada em dois níveis. O primeiro remete a uma das dimensões da institucionalização dos diversos sistemas partidários estaduais: a estabilidade da competição eleitoral. O segundo remete a uma série de características individuais dos deputados tais como tempo de filiação, ideologia, grau de particularismo no exercício do mandato, grau de progressismo relativamente a temas contemporâneos. Depois de apresentar e discutir as hipóteses relativas a cada um dos níveis e verificar a existência de relação entre cada uma das variáveis independentes e a variável dependente – o grau de partidarismo do deputado – o texto apresenta o modelo de regressão por meio do qual se procura explicar o que afeta a relação entre os legisladores e seus partidos.

Palavras chave: deputados, partidos, sistemas partidários estaduais, Assembleias Legislativas, ideologia.

Introdução

Este texto analisa a relação entre deputados e partidos em Assembleias Legislativas no Brasil e replica modelo utilizado em estudo anterior (Melo, 2011) feito a partir de material empírico recolhido em doze estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso. A base de dados pertence ao projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores estaduais em doze unidades da Federação”, conduzido por pesquisadores do Centro de Estudos Legislativos do DCP/UFMG. Os dados cobrem duas legislaturas: 2007/2011 e 2001/2015. Na primeira legislatura entrevistados 513 deputados (82,3% de um universo de 624 legisladores). Na segunda o número de entrevistas foi de 439 (70,7% do universo)¹.

O ponto de partida para a análise é a opinião dos legisladores entrevistados. O objetivo do texto é explicar a variação encontrada quando se analisa o perfil, mais ou menos partidário, dos deputados. A primeira hipótese a ser verificada é a de que os deputados apresentarão perfil mais nitidamente partidário naqueles estados onde a competição eleitoral se mostrar mais estável. A estabilidade é avaliada com base nos resultados eleitorais para as Assembleias, as bancadas estaduais da Câmara dos Deputados e os governos, além de levar em conta o percentual de troca de partidos realizada no nível federal. A hipótese parte da noção de que os 27 subsistemas partidários brasileiros além de não serem “cópias” do sistema federal, apresentam grande variação, tanto no que se refere a quais são os partidos relevantes como no que tange ao padrão de interação estabelecido (quando existe) entre eles.

A segunda linha de explicação remete às características dos deputados eleitos. A partir dos dados recolhidos nos *surveys* foram testadas as hipóteses de que os deputados apresentarão perfil *mais* partidário quando: a) estiverem filiados a seus partidos há mais tempo; b) se perfilarem à esquerda; c) apresentarem menor tendência a um mandato de tipo particularista; d) se posicionarem de forma progressista relativamente a temas como redução da maioria penal, união civil de homossexuais, descriminalização de drogas, pena de morte, proibição do uso de armas e aborto; e) não pertencerem a uma Igreja Evangélica; f) não pertencerem a

¹O autor agradece aos demais pesquisadores envolvidos no projeto – Fátima Anastasia, Magna Inácio, Mônica Mata Machado de Castro, Manoel Leonardo Santos – além das dezenas de estudantes de graduação e pós-graduação que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa. O projeto “Trajetórias” conta, desde 2007, com financiamento do CNPq e da FAPEMIG.

famílias com tradição política; g) possuírem maior experiência legislativa; e h) possuírem maior renda.

O artigo contém quatro seções, além desta introdução e da conclusão. Na próxima seção, depois de breve discussão acerca da relação entre deputados e partidos no Brasil, é apresentada a variável dependente do estudo, o índice de partidarismo, que permite classificar os deputados com base na importância conferida aos partidos políticos. O texto explica como se chegou ao índice e mostra sua variação. A terceira seção é dedicada aos sistemas partidários nos estados estudados. A partir de um conjunto de indicadores chega-se a um índice que permite classificar os 12 subsistemas partidários de acordo com uma das dimensões da institucionalização – a estabilidade da competição eleitoral. Na seção seguinte são apresentadas as hipóteses que buscam vincular determinadas características dos deputados à sua posição no índice de partidarismo. A quinta seção apresenta o modelo de regressão com o conjunto das variáveis independentes indicadas e discute os resultados.

Calculando o índice de partidarismo

Os partidos brasileiros sempre foram vistos como organizações frágeis, pouco coesas e altamente descentralizadas, nas quais os políticos seriam dotados de ampla liberdade de ação e as seções estaduais e locais contariam com elevada autonomia decisória. As razões para tanto estariam na estrutura institucional adotada no país, em especial, a combinação do federalismo com um sistema de votação uninominal que retiraria dos partidos, e em especial das direções nacionais, a possibilidade de controle sobre decisões cruciais para as carreiras políticas individuais (Samuels, 1997; Mainwaring, 1991 e 1999; Ames, 2001). O Brasil seria um caso onde proliferam os políticos “sem partido”.

Tal diagnóstico, no entanto, corresponde apenas em parte à realidade. Sabe-se que os partidos brasileiros possuem controle sobre considerável volume de recursos de poder, o que remete a uma das condições básicas para a robustez de qualquer organização. No legislativo nacional, a reformulação dos Regimentos Internos da Câmara e do Senado, realizada em 1989, concentrou recursos nas mãos dos líderes de bancada, concedendo-lhes poder de agenda e reduzindo a capacidade de barganha dos legisladores individualmente (Figueiredo e Limongi, 1999, 2000, 2002; Santos, 2003). Ainda que parcialmente, tal quadro repete-se nas Assembleias, onde na maioria das vezes a elaboração dos regimentos internos tomou como base o caso

nacional. Os partidos controlam, ainda, o acesso às inserções no rádio e na TV – seja nos anos eleitorais ou entre as eleições – e os recursos do Fundo Partidário, que a partir de 1995 passaram a ser muito expressivos. Finalmente, desde 2007, com a decisão do TSE, os partidos têm a possibilidade de, se assim o desejarem, reivindicar o mandato daqueles que decidam abandonar a sigla pela qual foram eleitos.

Ademais, é preciso levar em conta que, no que se refere ao atual sistema partidário, são escassas as pesquisas que tomam os partidos com unidades de análise. Exceção feita ao PT, que por ser tratado como uma “anomalia” foi alvo de vários estudos (Meneguello, 1989; Keck, 1991; Samuels, 2004a, 2004b e 2008; Hunter, 2007, 2008 e 2010; Ângelo e Villa, 2009; Amaral, 2010 e 2011; Ribeiro, 2010; Singer, 2009 e 2010; Venturi, 2010), os demais partidos apenas ocasionalmente foram analisados com alguma atenção pela literatura (Roma, 2002; Ferreira, 2002). A falta de embasamento empírico faz com que não se saiba como se realizam os jogos de poder partidários, até que ponto as lideranças controlam ou não a tomada de decisões e em que contextos os partidos assumem importância para a carreira de seus membros.

Mais recentemente, alguns autores vêm analisando de forma comparada a estrutura organizacional dos principais partidos nacionais e tem chegado a conclusões que problematizam a noção de organizações nas quais as direções nacionais seriam atores dotados de poucos recursos diante do desejo de autonomia de seus membros individuais. Como mostra Ribeiro (2013), partidos como o PSDB e o DEM adotaram medidas no sentido de promover maiores graus de centralização e articulação interna de suas agremiações. Guarnieri (2011), por sua vez, mostra a organização adotada pelos partidos incide sobre a decisão de lançar ou não candidatos a cargos majoritários nos estados e municípios.

Uma análise mais acurada indica que o Brasil comporta, e continuará comportando, dois tipos de carreira. De um lado, trajetórias políticas nas quais as diversas legendas disponíveis no mercado eleitoral são utilizadas de forma contingente quer seja para a conquista de um mandato legislativo ou para sustentar uma candidatura presidencial. De outro, exemplos de lideranças que se dispõem a construir sua carreira por dentro de um mesmo partido. As primeiras navegam a favor da corrente – a uma época onde a competição política democrática é cada vez mais personalizada, soma-se um contexto institucional que, tudo indica, continuará comportando uma estrutura de incentivos que torna as eleições uma disputa entre indivíduos e estimula a priorização de estratégias que favorecem a criação de laços entre os candidatos e os eleitores,

bem como a afirmação de atributos pessoais relativamente aos do partido. As segundas podem ser decorrentes ou de uma orientação de tipo normativa ou ainda de um comportamento mais pragmático, decorrente da percepção de que os partidos de fato controlam recursos importantes.

Seja como for, carreiras individualistas continuarão a conviver com aquelas onde o partido é a referência indiscutível. E é justamente esta variação que se tenta explicar para o conjunto de estados selecionados. Para se chegar a uma medida da maior ou menor inclinação partidária dos deputados foram utilizadas seis questões presentes nos questionários aplicados nas assembleias. As questões foram as seguintes:

1. Quanto à lista de candidatos para deputados e vereadores, qual o (a) sr(a) acredita ser o tipo mais adequado para o Brasil?
2. Na última eleição, qual foi o fator mais importante para conseguir apoio político-eleitoral de prefeitos e vereadores? E em segundo lugar?
3. Além dos recursos financeiros utilizados nas campanhas eleitorais, o apoio de pessoas, grupos ou organizações são fatores que também influenciam o resultado das urnas. Na opinião do (a) Sr.(a), qual dos seguintes apoios foi o mais importante para a sua vitória na última eleição? E em segundo lugar?
4. Quando há um conflito entre os interesses dos eleitores de sua região e as posições de seu partido, como o(a) Sr.(a) costuma votar?
5. O tema da disciplina partidária dos deputados suscita tradicionalmente opiniões muito diversas. Com qual das afirmações a seguir, o(a) Sr.(a) concorda mais?
6. Com a possibilidade de perda de mandato por mudança de partido pelo Deputado, qual das alternativas o (a) Sr.(a) acha que deveria ser aplicada?

As questões foram tratadas como variáveis *dummy* onde o valor (0) significava uma posição de caráter mais individualista e o valor (1) uma posição de caráter partidário. No questionário aplicado na legislatura 2007/2011 a pergunta sobre o tipo de lista oferecia três opções ao entrevistado: (a) aberta; (b) fechada; (c) outro tipo de lista. Os que assinalaram a última alternativa foram convidados a explicitar sua opção. Quando isso apontou no sentido de uma lista pré-ordenada e flexível ou de uma lista fechada no contexto de um sistema eleitoral de tipo alemão, a resposta foi classificada como indicando comportamento mais partidário (1). No questionário aplicado na legislatura seguinte as alternativas foram: (a) aberta; (b) pré-ordenada e fechada; (c) pré-ordenada e flexível. A segunda e a terceira questões ofereciam várias alternativas de resposta. Deputados que assinalaram “suas relações partidárias”, na segunda, e “o

apoio do partido” na terceira tiveram sua resposta classificada como (1).²Na quarta questão, o cartão de resposta oferecia as opções “sempre com o partido” e “sempre de acordo com os interesses dos eleitores de sua região”. Alternativas verbalizadas pelos entrevistados (e não mostradas no cartão) tornaram-se *missing* na análise³.

A quinta questão, sobre disciplina partidária, sofreu alteração nas alternativas de resposta entre uma rodada da pesquisa e outra. No questionário aplicado na primeira legislatura, o cartão de resposta exibia a alternativa “alguns temas devem estar sujeitos à disciplina partidária e outros não”. Ainda que se solicitasse ao entrevistado a explicitação dos temas, a categorização das respostas mostrou-se difícil: em um grande número de casos o resultado era ambíguo misturando, por exemplo, questões de consciência com interesses eleitorais. No questionário aplicado na legislatura 2011/2015 a alternativa foi retirada do cartão, de forma a induzir o entrevistado a escolher entre “permitir que o deputado vote de acordo com sua opinião” e “exigir disciplina”. A alternativa “alguns temas devem estar sujeitos à disciplina partidária (...)” foi tratada como *missing*, não sendo computada na elaboração do índice.

Finalmente, a sexta questão também sofreu alterações entre um momento e outro. A formulação aqui apresentada foi utilizada na segunda rodada da pesquisa. Por ocasião da primeira rodada solicitava-se ao entrevistado escolher entre permitir a troca de legenda (conservando o mandato) ou coibi-la (sujeitando o migrante à perda da cadeira). Na legislatura 2011/2015, em função da decisão tomada pelo TSE sobre o tema e da discussão subsequente, foram apresentadas aos entrevistados as seguintes opções: (a) Voltar à ampla liberdade, que permitia a mudança de partido sem risco de perda de mandato; (b) Permitir a criação da “janela” que cria uma única oportunidade para a mudança um ano antes do pleito; (c) manter a decisão do TSE que pune com perda do mandato o parlamentar que mudar de partido. Para a elaboração do índice, as respostas (a) e (b) foram consideradas equivalentes à opção pela perda do mandato (feita na primeira rodada) e categorizadas como (0).

²No caso da segunda questão as demais opções eram: (a) suas relações pessoais ou familiares com prefeitos e/ou vereadores; (b) a intermediação de lideranças locais; (c) a ocupação prévia do cargo de prefeito em um município importante; (d) a realização de obras na região, em outras ocasiões; (e) o seu apoio à campanha deles, quando eles foram candidatos. No caso da terceira questão as demais opções eram: (a) o apoio de prefeitos de sua região; (b) o apoio de vereadores de sua região; (c) o apoio de outras lideranças de sua região; (d) o apoio de líderes empresariais; (e) o apoio da sua igreja; (f) o apoio de movimentos sociais e sindicais; (g) o apoio da sua família.

³ Um total de 146 deputados (15,6%) disseram preferir abster-se, não comparecer à votação ou ainda que sua posição dependeria do assunto em questão.

O índice foi construído somando as respostas dadas (0 ou 1) por cada deputado. No entanto foi preciso lidar com o fato de que 129 entrevistados (13,6%) declararam não ter recebido apoio de prefeitos ou vereadores em sua eleição, ao passo que outros 313 (32,9%), na quarta questão, responderam que “alguns temas devem estar sujeitos à disciplina partidária e outros não”. Em nenhum dos casos a resposta poderia ser considerada na elaboração do índice. Para evitar a perda de um grande número de casos, optou-se por fazer uma ponderação, generalizando o procedimento de modo a valer para todas as questões. Em outras palavras, foram considerados todos os casos em que os deputados responderam pelo menos 05 das 06 questões⁴. A soma obtida com as respostas foi dividida pelo total de questões respondidas. Desta forma chegou-se aos seguintes valores: 0,0; 0,17; 0,2; 0,33; 0,4; 0,5; 0,6; 0,67; 0,8; 0,83 e 1,0 (0,17 correspondendo a 01 ponto em seis questões; 0,33 correspondendo a 01 ponto em cinco (...)). Para a utilização no modelo, os valores foram agrupados da seguinte maneira: 0,0 = 0; 0,17/0,2 = 1; 0,33/0,4 = 2; 0,5/0,6/0,67 = 3; 0,8/0,83/1,0 = 4.

Ao fim e ao cabo, foi possível chegar a um índice de partidarismo com variação de 0 (perfil menos partidário) a 4 (perfil mais partidário). A tabela 1 mostra a distribuição do índice em termos percentuais nos estados analisados, bem como o valor médio alcançado em cada um deles.

Tabela 1

Distribuição de freqüência (%) e valor médio do Índice de Partidarismo nos estados

Estado	Índice de Partidarismo					Total (N)	Índice de partidarismo (M)
	0	1	2	3	4		
SC	6,1	13,6	22,7	31,8	25,8	66	2,6
RS	4,8	15,7	24,7	26,5	28,9	83	2,6
SP	16,1	17,9	16,1	28,6	21,4	112	2,2
PA	18,5	10,8	27,7	30,8	12,3	65	2,1
PE	18,1	22,2	22,2	22,2	15,3	72	1,9
BA	23,0	20,0	21,0	22,0	14,0	100	1,8
GO	20,3	35,6	15,3	25,4	3,4	59	1,6
CE	26,9	22,4	23,9	17,9	9,0	67	1,6
MG	24,8	27,4	23,9	15,9	8,0	113	1,5
RJ	36,0	15,7	18,0	25,8	4,5	89	1,4
MT	30,3	24,2	30,3	12,1	3,0	33	1,3
TO	30,0	32,5	20,0	15,0	2,5	40	1,2
Total (N)	186	187	194	211	121	899	1,9

Fonte: Banco de dados Projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação em doze estados da federação”.

⁴ O que ocorreu em 827 dos 925 casos contidos no banco de dados. Foram perdidos 98 casos.

A variação do índice e o contraste entre os extremos da tabela são expressivos. Nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina 57,6% e 55,4% dos entrevistados estão classificados nas posições 3 e 4. Já nos estados de Mato Grosso e Tocantins as mesmas posições foram ocupadas por apenas 15,1% e 17,5% dos entrevistados. Em relação aos resultados obtidos por ocasião do estudo feito apenas com a legislatura 2007/2011 (Melo, 2011) as posições extremas se mantiveram inalteradas, o mesmo valendo para os estados que aparecem logo a seguir – São Paulo e Rio de Janeiro.

Estabilidade da competição eleitoral e sistemas partidários estaduais

Em artigo recente, Luna e Altman (2011) defendem a ideia de que o conceito de institucionalização dos sistemas partidários seja tratado de forma bidimensional. Segundo os autores, não haveria razão para supor que os indicadores originalmente propostos por Mainwaring e Scully (1995) devam necessariamente “andar juntos”. Isso abre a possibilidade de que um sistema partidário possa ser considerado “institucionalizado” em uma dimensão, aquela que remete à estabilidade da competição eleitoral, mas não em outra – a referente ao enraizamento dos partidos. E é com base na capacidade de desenvolver um padrão estável de competição política que aqui se pretende distinguir os sistemas partidários nos estados analisados.

A discussão pode ser iniciada lembrando que graças à dinâmica estabelecida na competição pela Presidência da República o sistema partidário brasileiro evoluiu de forma positiva. A interação entre os principais partidos brasileiros adquiriu um determinado padrão, tornando possível delinear, com clareza, a estratégia dos principais partidos. Por um lado, nem todos os partidos jogam em todas as arenas possíveis. Nem todos competem pela Presidência da República e são poucos os competidores efetivos pelos governos estaduais – a maioria dos partidos simplesmente joga suas fichas na eleição de boas bancadas para o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. Por outro, o sistema partidário nacional se estruturou em torno de dois polos, um capitaneado pelo PT e outro pelo PSDB. Entre os dois “pontos de amarração”, passou a flutuar um terceiro conjunto de partidos que, valendo-se das bancadas eleitas para o Congresso, têm em comum a disposição e a possibilidade de aderir ao governo de plantão (Melo e Câmara, 2012).

No plano regional, contudo, a situação é diferente. Países nos quais as unidades subnacionais são dotadas de elevado nível de autonomia tendem a apresentar dinâmicas políticas regionalmente diferenciadas. No caso do atual período

democrático brasileiro, tal tendência foi acentuada pelo fato de que – ao contrário do ocorrido durante a república de 46 – desde o final dos anos 1980 o sistema partidário deixou de contar com partidos dotados de uma capilaridade que os possibilitasse apresentar-se como competidores efetivos em todo o território nacional. Com isso a diferenciação das dinâmicas políticas estaduais se acentuou, a depender da força local das maiores legendas nacionais e da interação estabelecida entre elas.

Ao fim e ao cabo, o quadro encontrado nos estados é muito diferenciado, sendo possível encontrar (a) sistemas partidários dotados de um padrão semelhante ao nacional, como seria o caso de São Paulo; (b) estados nos quais a competição *não* se estrutura em torno de PT e PSDB, como em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul; ou ainda, (c) situações onde não é possível delinear um padrão de interação entre os competidores e o que se observa é um quadro de partidos em constante estado de fluxo, mas não um sistema partidário: é o que ocorre, por exemplo, no Rio de Janeiro.

Para os objetivos deste texto interessa distinguir os doze estados analisados no que se refere ao grau de estabilidade da competição eleitoral, uma vez que se supõe haver uma relação entre esta variável e o perfil mais ou menos partidário revelado pelos deputados nas entrevistas realizadas. Nos estados onde os partidos estruturam de forma mais clara a competição, gerando ganhos de estabilidade, sua importância será mais destacada, senão para a escolha do eleitor (isso é algo que aqui não poderá ser verificado), certamente para a constituição das carreiras políticas.

Para classificar os sistemas partidários em função do grau de estabilidade na competição eleitoral foram definidos cinco indicadores. Tradicionalmente utilizado na discussão sobre institucionalização, o índice de volatilidade responde pelos três primeiros, com base nas eleições para as Assembleias Legislativas, a Câmara dos Deputados e os governos estaduais entre 1982 e 2010. Como já ressaltado pela literatura, observa-se grande variação entre as unidades da federação. O valor encontrado para a volatilidade nas eleições legislativas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul é cerca da metade daquele verificado para os cinco primeiros estados na tabela 2 – Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco, Tocantins e Ceará. Por razões óbvias, os valores da volatilidade para o governo estadual são maiores para todos os casos, mas mesmo assim mantém-se a distinção entre os dois estados do Sul, agora acompanhados por São Paulo, e que se situam pelo menos a 10 pontos de distância de um conjunto de cinco estados (MT, RJ, PE, CE e PA).

O quarto indicador é o percentual de deputados eleitos para a Câmara que mudou de partido entre 1982 e 2014 nos estados, considerando-se apenas os titulares. A suposição feita é a de que uma alta taxa de deputados migrantes aumenta a instabilidade dos resultados eleitorais, uma vez que o deputado que troca de partido leva parcela de seu eleitorado. Não é por outra razão que a incidência das migrações encontra-se associada ao índice de volatilidade nos estados (Melo, 2004). Novamente Rio Grande do Sul e Santa Catarina⁵, apresentam os menores índices em contraposição a Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco e Tocantins.

A diferença em termos percentuais entre a votação, no primeiro turno, do governador eleito e de seu partido para a Assembleia Legislativa fornece o quinto indicador. O suposto aqui é o de que naqueles estados onde tais votações encontram-se mais próximas os partidos são referenciais mais fortes no momento da escolha eleitoral. Os valores apresentados referem-se à média para o período considerado. Novamente a diferença entre os extremos da tabela é significativa: a distância média entre as votações para o governador e seu partido é de 17,2% em São Paulo, o estado com melhor desempenho no quesito, e de 36,9% no Mato Grosso ou em Pernambuco.

Tabela 2
Índice de estabilidade da competição eleitoral estadual

Estado	Volatilidade			Migrantes (%)	Dif. Vot. Gov/Partido	Índice de estabilidade
	Assembleia	Câmara	Gov. Estadual			
MT	36,1	33,0	67,2	42,2	36,9	2,85
RJ	34,0	33,1	58,1	32,3	30,8	3,12
PE	33,0	31,2	52,3	30,3	36,9	3,16
TO	29,0	41,0	37,0	41,7	29,4	3,22
CE	36,0	33,0	47,4	26,7	26,3	3,31
MG	30,8	28,4	43,9	25,2	33,6	3,38
BA	30,3	28,8	39,5	31,8	28,1	3,41
GO	30,9	30,8	42,6	20,0	24,1	3,52
PA	31,0	27,0	48,2	17,0	24,1	3,53
SP	20,6	23,7	33,1	22,5	17,2	3,83
SC	17,6	16,0	36,6	15,6	21,2	3,93
RS	17,7	17,9	34,2	6,8	21,5	4,02

Fontes: Sites do TSE e da Câmara dos Deputados; Melo (2004).

Como se pode perceber pela tabela 2, os indicadores são fortemente correlacionados. Para qualquer par de indicadores a relação, medida pelo coeficiente de *Pearson*, é de no mínimo 0,606, significativo a 0,01. O passo seguinte foi estabelecer um índice que permitisse a comparação entre os estados no modelo a ser utilizado. Para tanto o procedimento foi simples: os valores obtidos em cada célula foram normalizados e

⁵ Particularmente no último período considerado, a legislatura 2011/2015, o sistema partidário catarinense sofreu o impacto da criação do PSD e da desidratação do DEM. Ainda que em menor grau, a mesma observação vale para São Paulo.

somados, gerando valores de 0 a 5. Desta forma, *quanto mais alto o resultado mais instável seria a competição no estado* (mais volátil, mais afetada pela migração partidária e com maior diferença entre a votação do governador e de seu partido na Assembleia). Para tornar o resultado mais intuitivo optou-se por *fazer com que a valores mais altos correspondessem situações de maior estabilidade*. Para tanto, os valores anteriormente obtidos foram subtraídos de 5⁶. Em um extremo da tabela encontram-se os estados onde a competição eleitoral apresenta maior estabilidade: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Por outro lado, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Pernambuco possuem os cenários mais voláteis.

Mudando o nível de análise: o que caracteriza os deputados partidários?

Nesta seção serão apresentadas as hipóteses formuladas com o objetivo de discutir a relação entre determinadas características individuais dos legisladores entrevistados e seu grau de partidarismo. A primeira hipótese refere-se ao tempo de filiação. Em trabalho sobre as migrações partidárias no Brasil, Melo (2004) mostrou que deputados com mais de oito anos de filiação a uma legenda possuíam quatro vezes menos chance de mudar de partido do que aqueles filiados a menos de quatro anos. O argumento aqui segue o mesmo sentido e postula que um maior tempo de permanência do deputado em um partido indica a existência de incentivos, coletivos ou seletivos, preciosos para a carreira política. A hipótese, portanto, é que deputados com maior tempo de filiação apresentem perfil mais partidário. Os dados sobre filiação foram obtidos diretamente com os deputados. Dos 932 deputados entrevistados, 7% haviam se filiado a seu partido na legislatura em curso por ocasião da pesquisa. Outros 23,5% estavam em seu partido desde a legislatura anterior. 17,9% e 10,7% haviam se filiado respectivamente há duas e três legislaturas atrás. Finalmente, 38,8% dos entrevistados estavam em seu partido há quatro ou mais legislaturas.⁷

A segunda hipótese sustenta que deputados situados à esquerda apresentariam perfil mais partidário. O argumento a favor desta afirmativa é o de que tais políticos, na grande maioria das vezes, iniciam e mantêm uma trajetória em partidos nos quais o peso conferido a questões programáticas e ideológicas termina por estabelecer

⁶ Os valores obtidos com a soma dos indicadores normalizados haviam sido (de cima baixo na tabela): 2,15; 1,88; 1,84; 1,78; 1,69; 1,62; 1,59; 1,48; 1,47; 1,17; 1,07 e 0,98. Os valores mostrados na última coluna da tabela 2 correspondem ao resultado da subtração de cada um deles de 5.

⁷ 20 deputados não souberam ou não quiseram responderem à questão.

vínculos mais robustos entre a organização e seus membros⁸. Nos termos de Panebianco (1982), em partidos deste tipo os incentivos de tipo coletivo manteriam sua importância, ao contrário do que tenderia a ocorrer naqueles “puramente” eleitorais, onde os incentivos seletivos seriam largamente dominantes, se não únicos.

Por outro lado, o pertencimento aos partidos de esquerda também pode possibilitar um cálculo de ordem mais pragmática aos deputados e que remete à possibilidade de que os membros destes partidos beneficiem-se de estratégias eleitorais coletivas desenvolvidas por suas organizações. No PT, o mais notório dos casos, a ênfase conferida à legenda sempre reduziu os custos de campanha e possibilitou, em especial antes de 2002, a eleição de deputados com votação mais baixa do que a necessária nos demais partidos de porte médio e grande. Os membros dos partidos de esquerda também podem contar com outro importante recurso eleitoral: os laços com os militantes oriundos dos movimentos sociais. Pode-se dizer, portanto, que para os políticos de esquerda a relação entre sucesso eleitoral e estrutura partidária é mais clara do que no caso dos que se perfilam ao centro e à direita.

Para a operacionalização da hipótese foi utilizada a questão que solicitava aos entrevistados a auto localização em uma escala de 01 a 10, onde 01 representava a posição mais à esquerda. O histograma a seguir mostra a distribuição de frequência à questão. Como é comum em contextos de “direita envergonhada” (Power e Zucco, 2011), 70% dos entrevistados situa-se entre as posições 1 e 5, com o percentual de respondentes tornando-se mais escasso na medida em que se avança no contínuo⁹.

A terceira hipótese aventada é de que deputados com tendência a exercer o mandato sob uma ótica mais universalista, em contraposição àqueles de orientação mais particularista, tenderiam a apresentar perfil mais partidário. Na literatura especializada é comum encontrar a suposição de que o particularismo tende a prevalecer em contextos onde predomina o voto personalizado (Kitschelt, 2000), processo que poderia ser mitigado com a presença mais destacada dos partidos (Shugart, 2001). Ou seja, deputados que constroem seu mandato prioritariamente com base no atendimento de demandas específicas tendem a se apoiar mais em relações de caráter individual, dispensando, ou minimizando a importância da mediação partidária. De acordo com Linz (2002), aqueles que representam “interesses especiais” entram,

⁸ Entre os entrevistados que se localizaram nas posições mais à esquerda do contínuo, 90% pertenciam ao PT, PSOL, PC do B, PSB, PDT e PPS.

⁹ 18,1% situaram-se nas posições 1 e 2. 52,1% ficaram entre 3 e 5. As posições entre 6 e 10 foram ocupadas por 29,8 dos entrevistados.

com mais frequência, em conflito com seus líderes, os quais estariam mais preocupados com interesses de caráter mais universal.

Para a medida do grau de particularismo dos deputados foi criado um índice com base nas seguintes questões:

1. Na sua atuação como parlamentar, qual é a função, dentre as enumeradas a seguir, a que o(a) Sr.(a) dá mais importância? E em segundo lugar?
2. O (a)Sr.(a) acredita representar prioritariamente os interesses (...);
3. Com que frequência o(a) Sr.(a) tem realizado as seguintes atividades (...);
4. Gostaria de saber com que frequência o(a) Sr.(a) utiliza os meios listados neste cartão para informar os seus eleitores sobre sua atuação parlamentar (...);
5. Das atividades realizadas pelos parlamentares, listadas a seguir, qual o(a) Sr.(a) considera a mais importante para um candidato a Deputado Estadual se reeleger? E em segundo Lugar?

Para cada questão o entrevistado poderia pontuar (0) ou (1). Pontuaria (1) quando: a) assinalasse, em primeiro ou segundo lugar, a alternativa “propor emendas ao orçamento estadual que beneficiem a sua região” para a primeira pergunta; b) dissesse representar prioritariamente interesses “dos eleitores de sua região” ou de “determinado segmento (social, religioso, econômico) dos cidadãos de seu estado”; c) na terceira questão afirmasse realizar, com muita frequência, as atividades de “atender ou encaminhar os pleitos de seus eleitores” ou de “tratar junto à burocracia das demandas de prefeitos de sua região”; d) utilizasse com muita frequência “um escritório de representação em sua cidade” para informar os eleitores sobre sua ação parlamentar; f) na última questão, assinalasse, em primeiro ou segundo lugar, a opção “conseguir recursos para sua base eleitoral”. O índice variou de 0 a 6, com 60,1% dos entrevistados concentrando-se nas posições 4, 5 e 6, as mais particularistas.

A quarta hipótese formulada foi a de que deputados mais progressistas tenderiam a apresentar perfil mais partidário. Aqui se trata de uma derivação da antiga tese da sociologia política segundo a qual contextos mais modernos associam-se à presença de partidos políticos enquanto contextos mais tradicionais estariam mais claramente vinculados a relações políticas de tipo personalista (Lipset e Rokan, 1967).

Nas duas rodadas da pesquisa, os deputados foram convidados a se posicionar contra ou a favor de alguns temas contemporâneos. Foram considerados progressistas os que se manifestaram contra redução da maioria penal e a pena de morte, e a favor da descriminalização do uso de drogas, da união civil de pessoas do mesmo sexo, do

aborto como direito das mulheres e da proibição da venda de armas de fogo. Exceção feita à questão sobre o aborto no questionário de 2007, os entrevistados eram solicitados a se posicionar contra ou a favor de cada tema. A alternativa “depende” não constava no cartão de resposta, sendo assinalada apenas quando espontaneamente vocalizada. No caso do aborto, o questionário aplicado em 2007 utilizava uma escala de 01 a 10. Neste caso, optou-se por considerar apenas as posições 1 e 2 como favoráveis à prática. As posições 3, 4 e 5 foram consideradas “depende” e as demais, “contra”. Com base nestas questões foi possível chegar a um índice com variação de 0 a 6, com o entrevistado pontuando (1) a cada vez que se pronunciava de forma progressista. Apenas 4,7% dos deputados foram classificados na posição mais conservadora (0). Na posição (1) ficaram 15,8%, na (2) 24,9%, na (3) 23,7%, na (4) e na (5) 16,1% e 9,3% respectivamente, enquanto 8,0% dos entrevistados ocuparam a posição mais progressista¹⁰.

A quinta hipótese defende que legisladores vinculados às igrejas evangélicas apresentarão perfil menos partidário. Segundo alguns autores (Howe, 1977; Pierucci, 1987 e 1989; Mendonça e Velaquez, 1990; Prandi, 1992; Freston, 1993) é possível afirmar que os evangélicos possuem um perfil mais conservador. Tal perfil estaria associado, segundo Prandi (1992), a uma pregação – dirigida aos eleitores – segundo a qual é preciso se manter longe do terreno da política e de tudo o que ela representa e à percepção de que o que vale é a defesa dos interesses e valores defendidos pela Igreja (o que muitas vezes assume a forma de uma “candidatura oficial”). Neste contexto, faz pouco sentido esperar que tais deputados sintam-se vinculados aos partidos pelos quais foram eleitos. Tal suposição é perfeitamente coerente quando se observa a trajetória dos deputados evangélicos na Câmara dos Deputados: tais deputados distribuem-se pelas mais diversas legendas ao centro e à direita e trocam de partido com muita frequência. Para a operacionalização da hipótese a variável foi transformada em uma dummy: os evangélicos receberam o valor (0) e os demais entrevistados (inclusive os que se declararam sem religião) ficaram com (1)¹¹.

Finalmente, foi possível formular outras três hipóteses, segundo as quais deputados com perfil *menos* partidário tenderiam a: (1) pertencer a famílias com tradição política;

¹⁰Não foram registradas diferenças significativas quando são comparados os resultados para as duas legislaturas. No agregado 58,7% dos entrevistados se posicionaram **a favor** da redução da maioria penal; 60,5% da proibição da venda de armas de fogo; 56,2% da união civil de pessoas do mesmo sexo; 31,5% da prática legal do aborto; 22,7% da descriminalização do uso de drogas e 18,3% da aplicação da pena de morte no país.

¹¹ 12,8% dos entrevistados se declararam evangélicos; 9,8% afirmaram não ter religião e 4,8% declararam outras religiões. Os demais se declararam católicos.

(2) não possuir experiência legislativa; (3) apresentar maior nível de renda. A primeira hipótese fundamenta-se na ideia de que no Brasil a existência de uma tradição política que passa de pai para filho ajusta-se melhor à categoria dos políticos “sem partido”. Para operacionalizá-la foi utilizada a questão sobre a presença de familiares na política e agrupadas as respostas que apontavam a presença de pai/mãe/irmão(ã) de forma isolada ou associada a tio/avô. A segunda baseia-se na ideia de que o cenário legislativo é distinto do cenário eleitoral no sentido de que, no primeiro, os partidos contam de forma mais efetiva e sem o seu concurso a busca dos objetivos dos deputados tende a se frustrar. Neste sentido, a vivência legislativa poderia ser considerada um aprendizado, no que se refere à valorização do partido. A pergunta utilizada permitia separar os deputados de primeiro mandato dos demais. Finalmente, para a última hipótese se recorreu, de novo, aos estudos clássicos sobre os partidos os quais sustentam que os vínculos entre estes e seus membros tendem a ser mais fortes quanto menor a autonomia econômica dos segundos. Como havia dificuldades para se realizar uma comparação direta entre as rendas, foi utilizada a questão por meio da qual se solicitava aos entrevistados que comparassem a renda recebida no exercício do mandato e a anterior: 22% declararam que a renda como legislador era inferior ou muito inferior; 29,1% disseram ser equivalente e 48,1 afirmaram ser superior ou muito superior.

Testando as hipóteses

Para o teste das hipóteses foi utilizado um modelo de regressão logística multinomial, uma vez que a variável dependente, no caso o índice de partidarismo, não se restringe a duas categorias e tampouco é possível sustentar que exista um ordenamento natural entre suas categorias. O modelo multinomial permite perceber como tais categorias se comportam sob a influência dos fatores escolhidos como preditores.

O modelo mostrado a seguir não contém todas as variáveis independentes. As variáveis *tradição familiar* e *experiência legislativa* não mostraram correlação significativa com o índice de partidarismo e foram retiradas da análise. Desta forma o modelo final contou com sete variáveis independentes: *estabilidade eleitoral*, *tempo de filiação*, *ideologia*, *particularismo*, *progressismo*, *religião* e *renda*. As cinco primeiras não sofreram qualquer tipo de categorização e entraram no modelo como variáveis contínuas. Deste grupo, as variáveis *ideologia* e *particularismo* tiveram seu ordenamento invertido, uma vez que a expectativa era de que deputados situados à esquerda e menos particularistas apresentassem perfil mais partidário – desta forma,

para todas as variáveis o resultado seria positivo, o que torna mais intuitiva a leitura do modelo¹². A variável *religião* foi tratada como uma dummy: os evangélicos receberam o valor (0) enquanto os demais entrevistados ficaram com (1). No caso da *renda* os que declararam receber renda inferior ou muito inferior foram classificados como (0); o que disseram ser equivalente receberam (1) enquanto os demais ficaram com (2).

Desta forma, espera-se que os resultados sejam positivos para todas as variáveis e que deputados de perfil mais partidário terão mais chance de serem encontrados nos sistemas de maior estabilidade eleitoral, estarão filiados há mais tempo em seus partidos, se colocarão à esquerda no espectro ideológico, serão mais universalistas no exercício do mandato (ou menos particularistas), manifestarão opiniões mais progressistas, não serão vinculados a igrejas evangélicas e, finalmente, no exercício do mandato receberão renda superior à recebida anteriormente.

A tabela 3 mostra os resultados. As variáveis *estabilidade eleitoral* e *tempo de filiação* são as que apresentam o melhor desempenho, mantendo valores significativos e no sentido esperado para as categorias (4), (3), (2) e (1), quando comparadas à categoria de referência (0). Deputados de perfil mais partidário, categoria (4), têm cerca de 830% a mais de chance de estarem nos estados onde a competição eleitoral é mais estável do que os deputados da categoria de referência, os de perfil menos partidário (0). De maneira consistente, os percentuais caem para 220%, 161% e 159% quando se considera as categorias (3), (2) e (1), relativamente à (0). Da mesma forma, os entrevistados de perfil mais partidário possuem 248% a mais de chance de serem encontrados entre aqueles que possuem maior tempo de filiação do que entre os novatos nas siglas. Novamente, a relação entre as variáveis mantém-se significativa mesmo quando são comparados os deputados de nível (1) e (0) e seus valores diminuem de forma consistente (114%; 62% e 21% a mais de chance).

¹² Isso significa que, ao contrário do usual, os deputados situados à direita passaram a ser classificados como (1) e os de esquerda como (10). O mesmo vale para a outra variável – ao contrário do que foi apresentado na seção anterior, aqui os deputados particularistas receberam os menores scores (dito de outro modo, os “universalistas” ficaram nas posições mais altas).

Tabela 3
Coeficiente de regressão multinomial para partidarismo¹³

	Índice de partidarismo	B	Sig.	Exp(B)	Intervalo de confiança (95%)	
					Inferior	Superior
1	Intercept	-5,443	,000			
	<i>Estabilidade Eleitoral</i>	,952	,016	2,590	1,197	5,601
	<i>Tempo de Filiação</i>	,196	,031	1,216	1,018	1,452
	<i>Ideologia do Deputado</i>	,059	,285	1,060	,952	1,181
	<i>Particularismo</i>	,084	,304	1,088	,927	1,277
	<i>Progressismo</i>	-,017	,848	,983	,824	1,173
	<i>Religião</i>	,706	,018	2,026	1,129	3,636
	<i>Renda</i>	,044	,749	1,045	,799	1,366
2	Intercept	-5,558	,000			
	<i>Estabilidade Eleitoral</i>	,960	,014	2,611	1,214	5,617
	<i>Tempo de Filiação</i>	,483	,000	1,622	1,359	1,935
	<i>Ideologia do Deputado</i>	,081	,145	1,084	,973	1,208
	<i>Particularismo</i>	,123	,131	1,131	,964	1,327
	<i>Progressismo</i>	,095	,287	1,099	,924	1,308
	<i>Religião</i>	,430	,148	1,538	,858	2,757
	<i>Renda</i>	-,155	,259	,857	,655	1,121
3	Intercept	-10,205	,000			
	<i>Estabilidade Eleitoral</i>	1,172	,004	3,228	1,445	7,211
	<i>Tempo de Filiação</i>	,761	,000	2,141	1,764	2,599
	<i>Ideologia do Deputado</i>	,275	,000	1,317	1,166	1,488
	<i>Particularismo</i>	,239	,005	1,270	1,075	1,501
	<i>Progressismo</i>	,219	,017	1,245	1,039	1,492
	<i>Religião</i>	,713	,052	2,040	,993	4,189
	<i>Renda</i>	,191	,207	1,210	,900	1,627
4	Intercept	-19,419	,000			
	<i>Estabilidade Eleitoral</i>	2,235	,000	9,342	3,496	24,961
	<i>Tempo de Filiação</i>	1,247	,000	3,481	2,514	4,821
	<i>Ideologia do Deputado</i>	,320	,000	1,377	1,163	1,630
	<i>Particularismo</i>	,423	,000	1,526	1,244	1,871
	<i>Progressismo</i>	,582	,000	1,790	1,426	2,246
	<i>Religião</i>	1,297	,100	3,658	,780	17,148
	<i>Renda</i>	,122	,537	1,130	,767	1,663

Categoria de referência: 0

¹³ O modelo adotado não permite que o coeficiente de determinação, R^2 , seja calculado da mesma forma como em uma regressão de tipo linear. Um substituto é o índice de Cox and Snell que, no caso, atinge 0,418 – o valor 1 significaria que 100% da variação do fenômeno analisado seria explicada pelas variáveis independentes.

As variáveis *ideologia*, *particularismo* e *progressismo* apresentam valores positivos e significativos para as duas categorias mais altas do índice de partidarismo. Deputados classificados na categoria (4) de partidarismo possuem 79% a mais de chance de serem mais progressistas, 52% de serem menos particularistas e 37% de se posicionarem à esquerda, sempre que comparados àqueles que se situam na categoria de referência. Quando a comparação leva em conta os entrevistados classificados na categoria (3) de partidarismo, os percentuais diminuem de forma consistente, ainda que de forma menos expressiva no caso da *ideologia*. Para nenhuma das três variáveis é possível dizer que existe diferença significativa entre os deputados situados nos níveis (2), (1) e (0).

As últimas variáveis, *religião* e *renda*, não apresentam bons resultados quando introduzidas no modelo. A primeira apresenta um desempenho inconsistente, relevando-se significativa apenas na comparação entre os deputados situados nos níveis (1) e (0) de partidarismo. É possível que o pequeno número de evangélicos, somado ao fato de não ter sido possível estabelecer distinções entre o grande número de católicos (separando os carismáticos, por exemplo) tenha influenciado no resultado. A variável renda, por sua vez, simplesmente não apresentou significância em nenhuma situação, o que pode ser explicado pela relativa fragilidade dos dados disponíveis. Finalmente, cabe apenas destacar que uma vez introduzindo-se a variável legislatura no modelo, o resultado é praticamente o mesmo. Nenhuma das variáveis independentes melhora ou piora o seu desempenho de forma que mereça menção.

Conclusão

No Brasil convivem deputados com trajetória claramente partidária e outros para os quais o partido é um instrumento a ser utilizado de acordo com a circunstância. Tendo como base as opiniões de deputados estaduais em doze estados brasileiros nas legislaturas 2007/2011 e 2011/2015, este texto procurou explorar esta diferenciação e, dentro de seus limites, explicá-la.

A análise teve início com a elaboração de um índice de partidarismo a partir de seis questões constante nos questionários aplicados. Como objetivo de explicar a variação observada no índice formulou-se um conjunto de hipóteses, cinco das quais puderam ser corroboradas. Os resultados mostram a existência de uma expressiva relação de reforço mútuo entre uma variável de caráter sistêmico, o grau de *estabilidade eleitoral*,

e a importância que o deputado confere ao partido. Em outras palavras, ali onde a interação entre os partidos apresenta um padrão mais definido e onde estes jogam um papel de maior relevo na competição política, pode-se dizer que os deputados lhe atribuem maior importância.

Dentre as variáveis independentes utilizadas e que remetem a características pessoais dos deputados, o *tempo de filiação* foi a que mostrou maior força explicativa. Ao que tudo indica quanto mais tempo o legislador fica em seu partido, mais tende a valorizá-lo. Mais ainda, tal variável parece possuir mais força explicativa que *ideologia*, *particularismo* e *progressismo*: estas se mostraram úteis quando a comparação é feita entre os deputados mais partidários, os níveis (4) e (3), e a categoria de referência, mas perdem poder explicativo a partir deste ponto.

Os achados deste texto confirmam algumas hipóteses de caráter mais geral presentes na literatura e o fazem em melhores condições do que estudo realizado com base apenas na legislatura 2007/2011 (Melo, 2011). A construção de um índice de partidarismo contendo cinco categorias representou um teste mais rigoroso do que o realizado anteriormente, quando o índice possuía uma categoria a menos. Cabe destacar que naquela ocasião, apenas a variável *tempo de filiação* mostrou significância na comparação entre todos os níveis do índice de partidarismo. No estudo aqui apresentado, a inclusão de mais uma categoria não impediu que a variável *tempo de filiação* mantivesse seu impacto, ao passo que a *estabilidade eleitoral* se fortaleceu. Da mesma maneira, as variáveis *ideologia*, *particularismo* e *progressismo* mantiveram seu desempenho. Por outro lado, o fato de que a introdução da variável legislatura não tenha afetado os resultados do modelo de regressão pode significar que não foi apenas o acréscimo de uma segunda legislatura (a de 2011/2015) que melhorou os resultados obtidos, mas que, essencialmente, os achados do estudo anterior apontavam na direção correta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, O. (2011). "Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade". *Opinião Pública*, vol. 17 (1).
- ANGELO, Vitor Amorim e VILLA, Marco Antônio (orgs.) (2009). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira*. São Carlos: EdUFSCAR.
- AMES, Barry.(2001), *The Dead lock of Democracy in Brazil*. Ann Arbor, University of Michigan Press.

CASTRO, Mônica Mata Machado, NUNES, Felipe e ANASTASIA, Fátima (2009). "Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 52(4), pp. 961-1001.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (2000), "Presidential Power, Legislative Organization, and Party Behavior in Brazil". *Comparative Politics*, vol. 32, nº2.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (2002), "Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária". *DADOS*, vol. 45, n o 2, pp. 303-344.

FRESTON, Paul. "Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao impeachment". 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNICAMP.

GUARNIERI, Fernando (2011). "A força dos partidos 'fracos'". *Dados*, v. 54, n. 1.

GUNTHER, Richard and DIAMOND, Larry (2003). "Species of Political Parties: a new typology". *Party Politics*, 9 (2).

HUNTER, W. The Normalization of an Anomaly: The Workers' Party in Brazil. *World Politics*, Princeton, n. 59, p. 440-475, 2007.

HUNTER, W. *The Transformation of the Workers' Party in Brazil, 1989-2009*. New York: CUP, 2010.

KECK, Margaret (1991). *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: ática.

LINZ, Juan. (2002), "Parties in Contemporary Democracies: Problems and Paradoxes", in Richard Gunther, Jose Ramon-Montero e Juan Linz (org.), *Political Parties. Old Concepts and New Challenges*. Oxford, Oxford University Press.

LIPSET, S.& ROKKAN, S. (1967). *Party System and Voter Alignment*. The Free Press.

KITSCHELT, Herbert. (2000), "Linkages Between Citizens and Politicians in Democratic Polities". *Comparative Political Studies*, vol. 33, (6-7).

MAINWARING, S. (1991), "Políticos, partidos e sistemas eleitorais". *Novos Estudos*, 29.

MAINWARING, Scott. (1999), *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford, Stanford University Press.

MAINWARING, Scott e SCULLY, Timothy (1995). *Building Democratic Institutions – Party Systems in Latin America*. Stanford University Press.

MELO, Carlos Ranulfo (2004). *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985/2002)*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG.

MELO, Carlos Ranulfo (2011). "Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol, 26, n. 75.

- MELO, C. R. e CÂMARA, Rafael. 2012. "Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil", *Dados*, 55 (1).
- PIERUCCI, Antônio Flávio (1989). "Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte". *Revista Ciências Sociais Hoje*.
- PRANDI, Reginaldo (1992). "Perto da magia, longe da política: derivações do encantamento no mundo desencantado". *Revista Novos Estudos Cebrap* nº34.
- RIBEIRO, Pedro Floriano (2010). *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: FAPESP.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. (2013). "Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 10.
- ROMA, Celso (2002). "A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 71-92.
- SAMUELS, David. (1997), "Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil". *Dados*, vol. 40, nº3, pp. 493-535.
- SAMUELS, David (2004a). "From socialism to social democracy? The evolution of the Worker's party in Brazil". *Comparative Political Studies*, 37 (9), pp. 999-1024.
- SAMUELS, David (2008). "A evolução do petismo". *Opinião Pública* 14(2).
- SANTOS, F. (2003) *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. ED. UFMG.
- SHUGART, Matthew (2001). "Electoral 'Efficiency' and the Move to Mixed-member Systems". *Electoral Studies*, vol. 20, (2).
- SINGER, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos*, n.85.
- VENTURI, G. 2010. "PT 30 anos: Crescimento e mudanças na preferência partidária", *Perseu*, nº 5.